

IMPAIRMENT: UMA REFLEXÃO SOBRE O IMPACTO CAUSADO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PETROBRÁS, UM ANO APÓS A ADOÇÃO DA LEI 11.638/07.

Fernando Benedito Bezerra Fernandes¹, Janaína Borges de Almeida², Wilde Gomes Araújo³

RESUMO

Diante das modificações ocorridas na legislação contábil brasileira surgiu o problema desse trabalho: qual o impacto causado pelo reconhecimento da perda na recuperabilidade do ativo nas demonstrações contábeis da Petrobrás, e de que forma essa perda está sendo evidenciada? Para discorrer sobre o tema e o problema propostos, buscou-se como objetivo analisar os impactos sobre os índices financeiros, causados com a adoção do teste de *impairment*; e para isso traçou-se os seguintes objetivos específicos: apresentar conceitos relevantes ao entendimento do tema proposto; analisar de forma comparativa as demonstrações contábeis da Petrobrás através de índices financeiros identificando os impactos causados e elencar as formas de *disclosure*, sobre o *impairment*, dispostas nas demonstrações da empresa pesquisada. Quanto a metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, do tipo exploratória e de natureza qualitativa e quantitativa, no que se refere à amostra a empresa é a Petrobrás e os anos analisados foram 2007 e 2008. Com a análise realizada houve a identificação de que o ano com maior impacto com relação ao *impairment* foi o de 2008, com exceção dos índices

referentes ao lucro por ação e giro do ativo que sofreram maior impacto em 2007. Enfim entendeu-se que a adoção do teste de *impairment* é de suma importância, pois trará aos usuários das informações contábeis, maior transparência quanto aos ativos existentes na empresa.

Palavras-chave: *Impairment*, Análise, Impacto.

Área Temática: Análise das Demonstrações Contábeis

ABSTRACT

From modifications occurred in the Brazilian countable legislation the problem of this work appeared: which the impact caused for the recognition of the loss in the recoverability of the asset in the countable demonstrations of Petrobrás's, and of that it forms this loss is being evidenced? To discourse on the considered subject and the problem, one searched as objective to analyze the impacts on the financial indices, caused with the adoption of the test of *impairment*; and for this traced the following specific objectives: to present excellent concepts to the agreement of the considered subject; to analyze comparatively form the countable demonstrations of Petrobrás's through financial indices being identified the caused impacts and to

¹ Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins.

² Docente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins.

³ Coordenadora e docente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Católica do Tocantins.

show the forms of disclosure, on impairment, made use in the demonstrations of the searched company. The methodology used was the bibliographical research and documentary, of the exploratory type and qualitative and quantitative nature, as for the sample the company is Petrobrás and the analyzed years had been 2007 and 2008. With the carried through analysis it had the identification of that the year with bigger impact with regard to impairment was of 2008, with exception of the referring indices to the profit for action and turn of the asset that had suffered to greater impact in 2007. At last it was understood that the adoption of the test of impairment is of utmost importance, therefore will bring to the users of the countable information, bigger transparency how much to the existing assets in the company.

KEY-WORDS: Impairment, Analysis, Impact.

Thematic area: Analysis of the Countable Demonstrations

1 INTRODUÇÃO

Após um ano da promulgação da lei 11.638/07 entende-se que são necessárias pesquisas que visem demonstrar os impactos causados pelas modificações impostas por esta lei. E dentre as alterações ocorridas uma desperta a atenção que trata sobre o *impairment*.

Nesse sentido a presente pesquisa tem como tema, *Impairment*: uma reflexão sobre o impacto causado nas demonstrações contábeis da Petrobrás, um ano após a adoção da lei 11.638/07. O estudo proposto buscou colaborar para o entendimento sobre o tema que é algo tão recente no Brasil.

Borba e Zandonai (2008) em sua pesquisa sobre o *impairment* discorrem que:

Apesar de ter sido efetuado também uma pesquisa em língua portuguesa nos principais congressos científicos

brasileiros sobre contabilidade (Enampad, USP e Anpcont) bem como nas principais revistas da área, não foram encontrados artigos com as mesmas características dos estudos internacionais. Quatro artigos foram encontrados, dois em 2006 e os outros dois em 2007 e apenas um desses trabalhos investigou a aplicação do teste de *impairment* nas demonstrações financeiras.

Portanto são relevantes e necessárias pesquisas que visem apresentar aspectos sobre o *impairment* nas demonstrações financeiras das empresas.

Diante do exposto surge a problematização deste trabalho: Qual o impacto causado pelo reconhecimento da perda na recuperabilidade do ativo nas demonstrações contábeis da Petrobrás, e de que forma essa perda está sendo evidenciada?

Para o desenvolvimento da pesquisa estabeleceu-se como objetivo geral analisar os impactos sobre os índices financeiros, causados com a adoção do teste de *impairment*. Quanto aos objetivos específicos foram traçados os seguintes: Apresentar conceitos relevantes ao entendimento do tema proposto; analisar de forma comparativa as demonstrações contábeis da Petrobrás através de índices financeiros identificando os impactos causados e elencar as formas de *disclosure*, sobre o *impairment*, dispostas nas demonstrações da empresa pesquisada.

Quanto ao método a pesquisa pode ser considerada como bibliográfica e documental do tipo exploratória. Sendo também de natureza qualitativa e quantitativa.

Além da introdução já abordada o trabalho está dividido da seguinte forma: fundamentação teórica onde são colocados aspectos sobre conceitos, regulamentação legal, dentre outros. Metodologia: onde está exposto o método utilizado, bem como a amostra. Análise dos dados: onde há a exposição de quadros comparativos anualmente e de valores considerando o reconhecimento da perda e desconsiderando-o e o último tópico trata

sobre a conclusão e sugestões de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Conceitos

A lei 11.638/07 trouxe em seu arcabouço várias modificações nas normas brasileiras de contabilidade. A proposta dessas modificações é harmonizar as Normas Brasileiras de Contabilidade com as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Uma das novidades ocorridas com essa harmonização foi a adoção do teste de *Impairment*.

O teste de *impairment* ou também como é conhecido o teste de recuperabilidade do ativo tem como função verificar se os ativos de uma entidade possuem capacidade de geração de fluxos de caixa futuros, superiores ao seu valor contábil.

Dispõe a lei em seu artigo 183 parágrafo 3º que:

§3ºA companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam:

- 1 – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de descontinuar os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação deste valor; ou;
- 2 – revisados e reajustados os critérios utilizados para a determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo de depreciação, exaustão e amortização.

Portanto o que se percebe é que as empresas deverão analisar periodicamente os seus ativos, imobilizado e intangível, a fim de verificar possíveis fatores que possibilitem a falta de geração de fluxo de caixa futuro.

Além da obrigatoriedade da lei, vale ressaltar que cumprindo o que ela determina, as práticas contábeis cumprirão a própria definição de ativo, que segundo a Estrutura Conceitual Básica Brasileira, disposta no site do CPC ativo é “: um

recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade;”

Logo, se não há geração de benefícios futuros, conseqüentemente, a empresa deverá reconhecer uma perda. Esse reconhecimento trará às informações contábeis mais veracidade, pois evidenciará quanto a entidade teve de perda sobre o ativo analisado.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC é o órgão responsável por emitir pronunciamentos a respeito das alterações ocorridas na contabilidade brasileira em consonância com as normas internacionais.

De forma mais específica o CPC 01, estabelece que o teste deverá ser realizado nos ativos ou na unidade geradora de caixa

Se houver qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado, o valor recuperável deve ser estimado individualmente para cada ativo. Se não for possível estimar o valor recuperável individualmente, a entidade deve determinar o valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence (a unidade geradora de caixa do ativo).

Para melhor entendimento vale ressaltar o conceito de unidade geradora de caixa que está estabelecido no item 65 do CPC 01 “uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de ativos que gera entradas de caixa que são em grande parte independentes das entradas de caixa provenientes de outros ativos ou grupos de ativos.

Logo a análise deverá ser feita no ativo ou na unidade geradora de caixa quando não for possível analisar o ativo individualmente

2.2. O Princípio da Prudência e o Teste do *Impairment*

Em outra ótica, o reconhecimento da perda está também cumprindo o que determina um dos princípios da

contabilidade, ou seja, o da prudência.

O Art. 10 da resolução 750/93 dispõe que: “o Princípio da PRUDÊNCIA determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o patrimônio líquido.”

Portanto o reconhecimento da perda na recuperabilidade do ativo está demonstrando aos usuários das informações contábeis o ativo pelo menor valor assim como, a realidade do ativo imobilizado ou intangível da entidade.

2.3. Objetivo do Teste e forma de registro da Perda

Reforçando os conceitos propostos vale ressaltar o objetivo do teste que segundo Ernst & Young (2009, p. 302): “é assegurar que o **valor contábil líquido** de um ativo ou grupo de ativos de longo prazo não seja superior ao seu **valor recuperável**, sendo este último o maior entre o **valor líquido de venda** e o **valor de uso**.”

Haja vista o exposto quando houver a realização do teste de recuperabilidade e que o valor de recuperação do ativo for inferior ao valor contábil, faz-se necessário retratar a diferença.

Quanto à forma de registro da perda, há que se narrar que não se trata de nenhuma novidade para contadores, uma vez que deve-se constituir uma perda no resultado e uma provisão no ativo da empresa.

De forma a exemplificar a contabilização da perda na recuperabilidade do ativo vale a posição de Braga e Almeida (2008, p. 131) que assim colocam:

A sociedade atua no ramo de

extração de minério e explora varias minas localizadas em diversos municípios do Brasil. Um projeto situado no estado do Pará, com custo do imobilizado de R\$ 7.000 e depreciação acumulada de R\$ 2.500, foi abandonado em função da baixa qualidade do minério. A administração da sociedade é de opinião que esta mina é inviável economicamente, que o valor de realização do imobilizado é nulo e que este projeto só será retomado no futuro se houver aumento substancial no preço de venda do minério.

Imobilizado – posição preliminar:

Custo	7.000
Depreciação Acumulada	(2.500)
Valor líquido	4.500
Lançamento contábil da provisão para perda:	Débito Crédito
Perda com imobilizado (resultado)	4.500
Provisão para Perda	
4.500	
Registro da perda com projeto abandonado no Estado do Pará	
Imobilizado – posição final:	
Custo	7.000
Depreciação acumulada	(2.500)
Provisão para perda	(4.500)
Valor líquido	0

O exemplo citado é uma das possibilidades de lançamento, pois a norma contábil CPC 01 define que quando a ativo tiver sido reavaliado o lançamento da perda será realizado como uma redução da reavaliação.

Embora a lei 11.638/07 determine que a partir de 2008 nenhuma entidade possa efetuar a reavaliação, cabe ressaltar que as empresas que já tiverem efetuado essa reavaliação, anteriormente, poderão optar por manter esse fato em suas demonstrações até que seja ocorrida toda a realização da reserva de reavaliação. Logo poderá ocorrer perda em ativos reavaliados.

Cabe ressaltar que o registro no ativo é através de uma provisão, pois trata-se de uma estimativa que poderá ser

revertida caso o motivo que ocasionou a perda seja também modificado. E sobre isso o próprio CPC 01 assim define:

A perda por desvalorização reconhecida em anos anteriores para um ativo, exceto o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), somente deve ser revertida se, e somente se, tiver havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o seu valor recuperável desde a data em que a última desvalorização foi reconhecida. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado, exceto como descrito no item 112, para seu valor recuperável. Esse aumento ocorrerá pela reversão da perda por desvalorização.

Exceto quanto ao ágil a reversão poderá acontecer desde que haja modificações nas estimativas utilizadas para o reconhecimento da perda.

O CPC 01 trata também sobre a periodicidade da realização do teste de *impairment* e estabelece que para o goodwill o teste deva ocorrer anualmente e sempre na mesma época, já para os demais ativos apenas quando haja fatores que indiquem a possível perda.

2.4. Divulgação da Perda

Dentre as divulgações que deverão ser feitas serão elencadas as disposições estabelecidas pelo normativo contábil CPC 01 como segue abaixo:

a) O valor da perda ou ainda da reversão quando for o caso, e a linha onde está evidenciada a perda ou reversão no resultado,

b) O valor da perda ou da reversão na linha onde foi evidenciada na demonstração de resultado;

Quanto ao goodwill:

a) os eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização; (b) o valor da perda por desvalorização reconhecida ou revertida; (c) se o valor recuperável é seu valor líquido de venda ou seu valor em uso; (d) se o valor recuperável for o valor líquido de venda (valor de venda menos despesas diretas e incrementais necessárias à venda),

a base usada para determinar o valor líquido de venda (por exemplo: se o valor foi determinado por referência a um mercado ativo); (e) se o valor recuperável for o valor em uso, a(s) taxa (s) de desconto usada(s) na estimativa atual e na estimativa anterior; (f) para um ativo individual, a natureza do ativo; e (g) para uma unidade geradora de caixa: (i) descrição da unidade geradora de caixa, por exemplo, se é uma linha de produção, ou uma unidade operacional, ou uma determinada área geográfica; (ii) o montante da desvalorização reconhecida ou revertida por classe de ativos; e (iii) se o conjunto de ativos para identificar a unidade geradora de caixa mudou desde a estimativa anterior do valor recuperável, uma descrição da maneira atual e anterior da agregação dos ativos envolvidos e as razões que justificaram a mudança na maneira pela qual é identificada a unidade geradora de caixa.

A norma Contábil aborda, portanto, vários aspectos a serem evidenciados, todos buscando trazer transparência aos usuários das informações contábeis. Cabe então estudos que demonstrem e comparem o que as empresas estão demonstrando a respeito do *impairment* em comparação com o que diz a norma.

3. METODOLOGIA

Para discorrer sobre o tema proposto foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental buscando informações em livros, leis, periódicos, artigos, sites, dentre outros. Segundo Gil (2007) esse tipo de pesquisa é desenvolvida através de material já elaborado, principalmente em livros e periódicos.

Tratou-se de uma pesquisa documental porque foram utilizados dados sobre a Petrobrás – controladora, mediante as demonstrações contábeis, notas explicativas e relatório anual da empresa, referente aos anos de 2007 e 2008.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo exploratória, que

segundo Beuren (2006): uma característica peculiar da pesquisa exploratória, é a capacidade que a mesma tem de explorar a fundo conceitos pouco aprofundados sobre determinado tema. Nesse sentido o estudo proposto se classifica como exploratória, pois o *impairment* é um tema novo.

E por fim, sobre a natureza da pesquisa, é de cunho qualitativo e quantitativo. Beuren (2006) a pesquisa qualitativa tende a conceber análises mais profundas em relação ao fenômeno que esta sendo abordado. Esse tipo de abordagem

destaca o que não foi observado por meio de um estudo quantitativo. Portanto as evidências analisadas foram de natureza qualitativa e o impacto causado pelo reconhecimento da perda é de cunho quantitativo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A seguir serão expostas as análises da pesquisa com o intuito de responder o problema levantado e os objetivos propostos.

Quadro 1 - Impacto sobre o lucro líquido

Controladora		
	2007	2008
Perda na recuperação de ativo	45.248,00	602.075,00
Lucro Líquido do Exercício	22.028.691,00	36.469.549,00
Total do Lucro + Perda	22.073.939,00	37.071.624,00
Diferença em percentual (%)	0,20	1,62

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

O quadro acima demonstrou que no ano de 2008 a perda na recuperabilidade do ativo foi superior a 2007 em 1,42%, mesmo o lucro tendo sido maior de um ano para o outro a perda também teve

um crescimento. Já o impacto causado no lucro líquido foi de 1,62%, isso quer dizer que o reconhecimento da perda na recuperabilidade refletiu no resultado da empresa, diminuindo-o em R\$ 602.075,00.

Quadro - 2 - Impacto causado sobre o ativo total

Controladora		
	2007	2008
Ativo Total	211.233.010,00	311.010.867,00
Perda na Recuperação de Ativos	45.248,00	602.075,00
Total do Ativo + Perda Recup.	211.278.258,00	311.612.942,00
Diferença em Percentual (%)	0,02	0,19

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

Sobre o reflexo causado no ativo a análise realizada permite verificar que o total do grupo de um ano para o outro cresceu, assim como a perda também, e a diferença de um ano para o outro é

de 0,17%. Em 2008 o ativo teve uma redução expressiva de 0,19%. Caso esse reconhecimento não ocorresse o ativo estaria super avaliado em R\$ 602.075,00.

Quadro 3 – Impacto causado sobre o lucro por ação

Controladora		
	2007	2008
Lucro por ação	5,03	4,16
Lucro Líquido	22.028.691,00	36.469.549,00
Perda na Recuperação de Ativos	45.248,00	602.075,00

Lucro Líquido + <i>Impairment</i>	22.073.939,00	37.071.624,00
Número de ações	4.379.461,43	8.766.718,51
Lucro líquido por ação considerando o lucro líquido + a perda na recuperação de ativos	5,04	4,23
Redução por perda na recuperação de ativos em cada ação	0,01	0,07
Total da perda por número de ações	45.248,00	602.075,00

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

A análise acima trata sobre o lucro por ação e conforme os dados expostos, pode-se perceber que no ano de 2007, se não tivesse o reconhecimento da perda o lucro líquido por ação estaria maior R\$

0,01 por ação. Já em 2008, o reflexo seria um pouco maior, ou seja, R\$ 0,07. Se comparado um ano com o outro, verificasse um aumento de R\$ 0,06 por ação.

Quadro 4 - Análise do impacto da perda sobre o giro do ativo

Controladora			
Ano	Vendas Líquidas	Ativo total com perda	Giro do Ativo
2007	126.767.001,00	211.233.010,00	0,600128744
2008	161.709.506,00	311.010.867,00	0,519948089
Ano	Vendas Líquidas	Ativo total sem perda	Giro do Ativo
2007	126.767.001,00	211.278.258,00	0,600000219
2008	161.709.506,00	311.612.942,00	0,518943485

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

Matarazzo (1998) discorre que o giro do ativo serve para medir a eficiência das vendas em relação ao investimento. Logo esse índice foi selecionado a fim de medir o impacto ocorrido com a adoção do teste de *impairment* e consequente reconhecimento da perda detectada.

A análise permitiu verificar que o impacto foi pequeno e que de um ano para o outro considerando o reconhecimento da perda houve um decréscimo. Isso se

explica, pois embora as vendas de 2008 tenham sido maiores que 2007, o valor do ativo foi substancialmente maior, o valor da queda é de R\$ 0,09.

Caso não houvesse o reconhecimento da perda, o impacto também seria pequeno, sendo que de um ano para o outro também teve uma queda de R\$ 0,09. No ano de 2008, o giro do ativo foi de R\$ 0,51 coincidindo com o valor na situação de reconhecimento.

Quadro 5 - Análise do impacto da perda sobre a margem líquida

Controladora			
Ano	Vendas Líquidas	Lucro Líquido com perda	Margem Líquida
2007	126.767.001,00	22.028.691,00	17,38
2008	161.709.506,00	36.469.549,00	22,55
Ano	Vendas Líquidas	Lucro Líquido sem perda	Margem Líquida
2007	126.767.001,00	22.073.939,00	17,41
2008	161.709.506,00	37.071.624,00	22,92

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

O quadro 6 propõe demonstrar o impacto da perda causado na margem líquida. Matarazzo (1998) discorre que esse índice verifica quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100 vendidos.

Na análise realizada percebe-se que no ano tde 2007, o reconhecimento da perda em comparação com o não reconhecimento causou um aumento de R\$ 0,03, enquanto que em 2008 houve

uma aumento de 0,37. Isso permite concluir que caso não houvesse o reconhecimento, em 2008, a margem líquida estaria maior R\$ 0,37.

Para cada R\$ 100,00 vendidos, a falta de reconhecimento da perda causaria uma distorção de R\$ 0,37. Isso parece pouco se analisado isoladamente, porém no final de um período, percebe-se que o acumulado traz um valor expressivo.

Quadro 6 - Análise do impacto sobre a rentabilidade do ativo

Controladora			
Ano	Ativo total c/ perda	Lucro Líquido c/ perda	Rentab. do Ativo
2007	211.233.010,00	22.028.691,00	10,43
2008	311.010.867,00	36.469.549,00	11,73
Ano	Ativo total s/ perda	Lucro Líquido s/ perda	Rentab. do Ativo
2007	211.278.258,00	22.073.939,00	10,45
2008	311.612.942,00	37.071.624,00	11,90

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

O quadro acima permite verificar o impacto da perda na recuperabilidade do ativo no que se refere a rentabilidade do ativo. Para Matarazzo (1998) esse índice mede quando de lucro a empresa obtém para cada R\$ 100,00 investido.

Em 2007 a diferença ocorrida

mediante o reconhecimento da perda e a falta dele foi de R\$ 0,02, já em 2008 foi de R\$ 0,17. Entende-se, portanto que caso não houvesse o reconhecimento da perda tanto em 2007 quanto em 2008 a rentabilidade do ativo estaria super avaliada.

Quadro 7 - Análise do impacto sobre a rentabilidade do PL

Controladora			
Ano	Lucro Líquido c/ perda	PL Médio	Renta. PL
2007	22.028.691,00	107.697.248,50	20,45
2008	36.469.549,00	130.031.687,00	28,05
Ano	Lucro Líquido s/ perda	PL Médio	Rentab. PL
2007	22.073.939,00	107.697.248,50	20,50
2008	37.071.624,00	130.031.687,00	28,51

(Fonte: Adaptada demonstrações da Petrobrás 2007 e 2008)

O último quadro trata sobre a rentabilidade do patrimônio líquido e para Matarazzo (1998) este índice busca retratar quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido, e quanto maior for o resultado melhor.

Em 2007, a rentabilidade foi maior desconsiderando o reconhecimento da perda em R\$ 0,05, já em 2008, a diferença foi maior R\$ 0,46. Diante do exposto entende-se que em ambos os anos a falta de reconhecimento causaria um resultado

super avaliado da rentabilidade do ativo. E estaria demonstrando um índice maior do que o real, isso para a empresa seria melhor, porém não estaria retratando a correta realidade da empresa.

4.1 Análise das evidenciações

No quesito evidenciações sobre o *impairment* cabe ressaltar que a Petrobrás em 2007, em notas explicativas, não fez uma abordagem muito extensa. Com destaque para a perda causada pela

majoração na alíquota do *royalties* que foi de 401.000,00, ou seja, esperava-se ter uma recuperabilidade na exploração de petróleo que foi reduzida devido ao fato exposto. Aspectos como a taxa de desconto utilizada, a unidade geradora de caixa, ou ainda se houve alguma reversão não foram abordados.

Em 2008, a evidenciação foi mais abrangente onde foi destacado no relatório anual da companhia o *impairment* por área de negócio e por tipo de ativo. Nesse caso foi demonstrado que a controladora sofreu perda na área de exploração e produção no valor de R\$ 602.675,00 e de forma mais específica quanto ao ativo, a perda foi assim lançada: R\$ 89.153,00 para equipamentos e outros bens e R\$ 513.522,00 em gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás.

Há também a especificação que o valor recuperável utilizado pela companhia é o valor em uso, exceto quando especificado e que esse valor é encontrado através dos fluxos de caixa futuros descontados por taxas de juros antes dos impostos. Mas o valor da taxa não foi especificado.

O relatório aborda também que o saldo do diferido, conforme medida provisória 449/08, em 31/12/2008 poderá ser amortizado em 10 anos e estará sujeito ao teste de *impairment*.

Quanto à reversão pode-se observar que não ocorreu, uma vez que nas evidenciações realizadas no relatório anual não há especificação de valores, para esse item.

Houve também uma abordagem quanto ao *impairment* referente ao ágil de uma controlada, cabe ressaltar que não será dada ênfase sobre essa evidenciação, pois a análise desta pesquisa trata somente da controladora.

Na Demonstração de Resultado do Exercício a linha que consta a perda na recuperabilidade dos ativos está destacada das demais, tornando evidente aos usuários o valor da perda.

Por fim, o que se percebe é que as evidenciações realizadas em 2008 foram mais claras, levando a crer que após um ano de obrigatoriedade da 11.638/07, já observam-se modificações na forma de evidenciação realizada pela empresa pesquisada.

5. CONCLUSÃO

Através desta pesquisa, pode-se perceber que o registro da perda na recuperabilidade de ativos é algo relevante devendo ser demonstrado de forma clara e transparente, pois trará aos usuários das informações contábeis, as informações mais próximas da realidade, onde o ativo estará evidenciado conforme a sua capacidade de geração de fluxos de caixa futuros.

O valor da perda no ano de 2008 foi de R\$ 602.675,00, contra R\$ 45.248,00 em 2007, o que leva a percepção que a falta de lançamento dos mesmos estaria super avaliando o ativo, assim como o resultado da empresa.

Quanto aos objetivos da pesquisa, entende-se que a proposta foi alcançada uma vez que foi possível demonstrar conceitos relevantes ao entendimento do tema, tais como teste de *impairment*, os itens que deverão se submeter ao teste, a sua relação com o princípio da prudência, os objetivos do teste, a forma de contabilização bem como a evidenciação. No que tange a comparação dos anos de 2007 e 2008, também houve o alcance da proposta onde verificou-se que os maiores impactos ocorreram em 2008, embora no que se refere ao lucro por ação e giro do ativo o impacto foi maior em 2007. Quanto às evidenciações realizadas pela empresa no ano de 2008, pode-se perceber maior ênfase, o que leva a crer que a obrigatoriedade da lei 11.638/07 causou maior transparência da empresa quanto ao *impairment*. Cabe ressaltar que a Petrobras já adotava o teste do *impairment* antes da obrigatoriedade da lei, uma vez que já era exigência do mercado de capitais

que assim fizesse conforme as Normas Internacionais de Contabilidade.

Conclui-se que a adoção ao teste de *impairment* é algo relevante para os usuários das informações contábeis, uma vez que poderão perceber a capacidade de geração de fluxos de caixa dos ativos de uma empresa, bem como falta de capacidade quando do reconhecimento da perda. O reconhecimento assegura aos investidores e futuros investidores a verificação do real retorno do investimento realizado ou a realizar, bem como as perdas por falta de geração de fluxos de caixa futuros dos ativos da empresa. Ressalta-se também a pretensão de futuros estudos sobre o tema proposto, uma vez que as modificações introduzidas pela lei são recentes e cabe aos cientistas contadores averiguarem a evolução do que está sendo implantado.

REFERÊNCIAS

- BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Mudanças Contábeis na lei societária: Lei Nº 11.638, de 28-12-2007**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- BENEDITO, Fernando Fernandes. ALMEIDA, Janaína Borges de, LIMA, Cássia Regina de. **O Impacto Causado pela Adoção ao Teste De Impairment: Uma Breve Análise Sobre as Demonstrações Contábeis da Petrobrás Período 2004 A 2007**. Artigo apresentado no IV Encontro de Contabilidade da Amazônia Legal. 2009.
- BORBA, José Alonso; ZANDONAI, Fabiana. O que dizem os achados das pesquisas empíricas sobre o teste se impairment: uma análise do Journals em língua inglesa. 8º Congresso USP controladoria e contabilidade e 5º congresso USP iniciação científica em contabilidade, 24,25 de julho2008. Disponível em: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos82008/577.pdf>.
- BRASIL. **Nova lei das Sociedades por Ações, Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga artigos da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>
- CFC. Resolução CFC n.º 750/93, **Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>.
- CFC. Comunicado Técnico 03. Resolução nº 1159/09, Ajustes das novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei nº 11.638/07 e MP 449/08 devem se tratados. Disponível em: http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1159.htm
- CPC, resolução1110/07, **Redução ao valor recuperável de ativos**. Disponível em:http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1110.doc
- _____. **Pronunciamento Conceitual Básico, Estrutura Conceitual Para A Elaboração E Apresentação Das Demonstrações Contábeis**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=14>.
- ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 1. ed. São Paulo Atlas, 2009
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999
- MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços; Abordagem Básica Gerencial**. 6.ed. São Paulo; Atlas, 2008.
- PETROBRÁS. **Relações com o investidor, relatórios anuais, análises financeiras e demonstrações contábeis**. Disponível em: http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/index.asp&lang=pt&area=ri.